

## **Especialistas defendem restrição a alimentos ultraprocessados em escolas**

A escola é um espaço estratégico para a promoção de uma alimentação saudável, capaz de evitar produtos ultraprocessados e prevenir contra a obesidade infantil — que é uma epidemia global. Essa foi uma das conclusões da audiência pública que aconteceu no Senado nesta terça-feira (12).

A audiência foi promovida pela Comissão de Educação e Cultura do Senado (CE) para discutir o [PL 4.501/2020](#), projeto de lei que proíbe a venda de alimentos ultraprocessados, frituras e produtos com gordura hidrogenada em cantinas escolares. O autor da proposta é o senador Jaques Wagner (PT-BA).

Alimentos ultraprocessados, em geral, são produtos industriais prontos para consumo, ricos em aditivos químicos (que aumentam a durabilidade e dão mais sabor à comida), que contêm pouco ou nenhum alimento de verdade. O salgadinho de pacote, o biscoito recheado e o refresco em pó são exemplos desse tipo de alimento.

O projeto de Jaques Wagner determina que as escolas devem oferecer diariamente ao menos três opções de lanches saudáveis — com prioridade para alimentos in natura, orgânicos, frutas, verduras e produtos regionais.

O debate desta terça — que foi solicitado pela presidente da comissão, senadora Teresa Leitão (PT-CE) — foi conduzido pela relatora da matéria, senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL).

### **Influência da escola**

Representante do Pacto Contra a Fome, Camila Mantovani argumentou que crianças e adolescentes devem ser prioridade absoluta nas políticas de alimentação saudável, pois a nutrição tem impactos diretos sobre o desenvolvimento infantil. Nesse contexto, destacou ela, a escola exerce papel fundamental na formação de hábitos (ao reunir conhecimento, prática e acesso a alimentos saudáveis).

O Pacto Contra a Fome é um movimento suprapartidário e multissetorial. Camila atua como coordenadora de políticas públicas do grupo.

Ela citou uma pesquisa, realizada pelo Pacto Contra a Fome e pelo Instituto Pensi, que aponta três aspectos principais do papel das escolas nessa questão:

- a confiança que mães e pais têm na escola (como espaço de promoção da alimentação saudável);
- a preocupação mais acentuada, entre famílias com filhos em escolas particulares, com o consumo de alimentos ultraprocessados;
- a influência positiva das crianças sobre os hábitos alimentares da própria família, ampliando os efeitos das ações educativas para além do ambiente escolar.

— Quando as crianças aprendem sobre alimentação saudável e são estimuladas nas escolas, as famílias também tendem a comer de maneira mais adequada. (...). Isso só reforça a oportunidade que nós temos para fazer algo histórico, que é garantir o impacto direto não só nas crianças, mas nas famílias brasileiras — afirmou Camila.

## **Saúde bucal**

Edson Hilan Gomes de Lucena, representante do Ministério da Saúde, fez um alerta: o consumo excessivo de açúcar e de alimentos ultraprocessados aumenta significativamente o risco de cáries em crianças — independentemente da renda familiar, da escolaridade das mães ou da frequência de escovação.

Edson é coordenador-geral de Saúde Bucal da Secretaria de Atenção Primária à Saúde desse ministério.

Ele explicou que os ultraprocessados se transformam em diferentes tipos de açúcar no organismo e estimulam hábitos de consumo excessivo, contribuindo não apenas para problemas bucais, mas também para a obesidade e doenças cardiovasculares.

— Para que possamos promover saúde bucal, é importante fazer com que as escolhas saudáveis sejam mais fáceis — disse Edson ao enfatizar a necessidade de acesso à alimentação saudável.

## **Regulação do mercado**

Representante da organização não governamental ACT Promoção da Saúde, Marília Albiero ressaltou que não há mais dúvidas científicas sobre os prejuízos causados pelo consumo de alimentos ultraprocessados. Ao defender a proposta de Jaques Wagner, ela alegou que cerca de 46 milhões de estudantes brasileiros podem ser beneficiados pela iniciativa ([veja a apresentação em slides feita por ela](#)).

Marília, que é gerente de inovação e estratégia da ACT, rebateu as críticas ao projeto, como a de que a alimentação seria responsabilidade exclusiva das famílias. Segundo ela, fatores como preço, acesso e publicidade influenciam diretamente as escolhas alimentares, o que exige a atuação do poder público para ampliar a oferta de itens saudáveis.

A especialista também contestou os argumentos de que a regulação prejudicaria a liberdade econômica ou a lucratividade das cantinas escolares — segundo ela, cantinas "saudáveis" podem ser financeiramente sustentáveis. Além disso, argumentou, a regulação tende a dinamizar a economia ao ampliar o número de produtores e descentralizar o mercado.

Para Marília, o debate sobre o tema envolve uma tríade formada por saúde, economia e meio ambiente.

— Nos últimos anos, a concentração da indústria de alimentos foi muito baseada na indústria de ultraprocessados. Ao regular e dar mais acesso à alimentação saudável, (...) amplifica-se o número de produtores, descentraliza-se, valoriza-se a cultura local. A situação, então, se torna muito mais positiva com a regulação.

## **Restrição de ultraprocessados**

Bruna Pitasi Arguelhes, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, defendeu a adoção de impostos seletivos sobre os alimentos ultraprocessados e a limitação das ações de marketing relacionadas a esses produtos.

Em sua avaliação, a regulação atual é frágil e facilita o acesso de crianças e adolescentes aos ultraprocessados, especialmente no ambiente escolar.

Bruna é analista técnica de políticas sociais da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional desse ministério. [De acordo com os dados apresentados por ela \(veja os slides\)](#), as cantinas estão presentes em mais de 90% das escolas privadas e em cerca de 22% das públicas.

Segundo ela, a regulamentação da venda de alimentos nas escolas teria o potencial de evitar mais de 300 mil casos de obesidade em dez anos. Estudos citados por ela apontariam que, onde há leis que restringem a venda de alimentos não saudáveis em cantinas, os adolescentes têm 11% menos chance de desenvolver obesidade.

### **Obesidade**

Representante do Conselho Federal de Nutrição, Fernando Marcello Nunes defendeu a proposta de Jaques Wagner e alertou para o avanço da obesidade infantil — que, conforme observou, é uma epidemia global.

Ele frisou que, além dos impactos econômicos, a obesidade afeta sistemas públicos de saúde em todo o mundo.

— Temos um crescimento exponencial tanto do sobrepeso quanto da obesidade, com mais de 6 milhões de crianças (...) convivendo com esses diagnósticos. E nós já temos um Sistema Único de Saúde [SUS] subfinanciado. Em âmbito mundial, a obesidade compromete cerca de 2% do PIB de todos os países — ressaltou.

Por isso, argumenta Fernando, o ambiente escolar tem papel estratégico no enfrentamento desse problema de saúde pública, especialmente em um cenário de aumento da demanda sobre o SUS.

Ele acrescentou que o projeto de lei está alinhado às políticas e diretrizes já adotadas pelo Brasil na área de alimentação e nutrição ([veja a apresentação em slides de Fernando](#)).

— Restringir os ultraprocessados não é limitar direitos; é expandir a proteção e garantir que o ambiente escolar seja verdadeiramente um território de vida. — declarou.

Lídia Pantoja, oficial de saúde do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), alertou para o caso brasileiro, em que coexistem obesidade e desnutrição, muitas vezes na mesma família.

Segundo ela, o problema é sistêmico e não pode ser tratado apenas como resultado de escolhas individuais.

— Informar não é suficiente para mudar o comportamento. Não estamos tratando apenas de força de vontade, mas de todo um sistema que favorece escolhas não saudáveis — explicou Lídia ([veja a apresentação em slides](#)).

### **Base legal do projeto**

Bruna dos Santos Nunes, do Ministério da Saúde, lembrou que a promoção da alimentação saudável é uma prioridade do SUS e está alinhada ao [Decreto 11.821, de 2023](#) (que trata da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar).

Para ela, o projeto de lei em discussão no Senado está de acordo com políticas públicas já adotadas pelo país, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança e os guias alimentares do ministério.

Mas a representante do Ministério da Saúde fez uma ressalva ao substitutivo (texto alternativo) proposto para o projeto, que restringe as medidas ao ensino infantil e fundamental — a proposta original de Jaques Wagner se referia à educação básica, que é mais abrangente e também inclui o ensino médio.

Bruna dos Santos avalia que é necessário incluir os adolescentes entre os beneficiados pela iniciativa, já que, segundo ela, 31% desse segmento apresentam excesso de peso.

### **Novo debate**

A Comissão de Educação e Cultura do Senado (CE) fará uma nova audiência pública sobre o tema nesta quinta-feira (14), a partir das 10h.

Foram convidados representantes de ministérios (Saúde e Educação) e também das seguintes entidades:

- Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia para Redução de Danos (SBred);
- Instituto Livre Mercado (ILM);
- Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital);
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia);
- Sociedade Brasileira de Nutrição e Alimentação (Sban).

Fonte: Agência Senado